

17. Karl Popper

A Sociedade Aberta e a Crítica da Soberania Popular

Introdução

Será que as leis que governam a nossa sociedade devem estar sujeitas à crítica? Será que as leis ou o regime político em que vivemos podem ser criticados pelas pessoas que lhes estão sujeitas? A resposta a estas perguntas parece tão óbvia para um cidadão ocidental contemporâneo que é fácil esquecer que, durante a maior parte da história humana, tal foi a exceção e não a regra — e hoje mesmo em muitas paragens, é ainda a exceção e não a regra.

Não foi só nos regimes feudais, ou no regime absolutista, de há muitos séculos, nem sequer nos regimes fascistas e comunistas. Há hoje coisas que não é possível questionar sem censura e pressão (incluindo a coerção do aparelho de estado). Os governantes usam por vezes a censura, o estado de emergência permanente, as prisões e polícia política, e outras vezes diferentes formas de coerção, como as leis do interesse nacional, as “leis da história”. Agitam também os perigos do “discurso do ódio” ou das “notícias falsas”, que servem para evitar as críticas invocando o bem e proteção da nação, da raça, da paz, do progresso, da saúde, da “genuína” democracia e até, paradoxalmente, da tolerância.

Para Popper, o que caracteriza a “sociedade aberta” (*open society*) é a liberdade crítica, por oposição àquilo a que chama “sociedade fechada” (*closed society*), onde as leis são vistas como “tabus mágicos” inquestionáveis que derivam a sua autoridade de uma fonte não racional, que pode ser Deus, a vontade do rei ou da aristocracia, da convenção ou da tradição, ou as tendências do futuro, o progresso ou a marcha da inelutável da História.

(...) [A] sociedade fechada é caracterizada por uma crença em tabus mágicos, enquanto na sociedade aberta os homens aprenderam, até certo grau, a serem críticos de tabus, e em basearem as suas decisões na autoridade da sua própria inteligência.¹

Na Grécia antiga deu-se uma “revolução espiritual”, diz Popper; não foi uma revolução organizada, ou consciente, ou que possa ser marcada com um evento inicial definitivo, mas foi a gênese da possibilidade da sociedade aberta. Esta revolução foi o aparecimento de pensamento crítico (livre da influência de tabus mágicos) propiciado pelo enfraquecimento da aristocracia da altura — tribal e dona de quase toda a propriedade — que, para lidar com o crescimento da população e com a ameaça que isto trazia à sua hegemonia, iniciou um processo de colonização “imperialista”. O império de Atenas por sua vez trouxe um desenvolvimento maciço da navegação marítima e, mais importante ainda, do comércio.² Podemos questionar a exatidão deste retrato histórico, e das suas causas, mas é difícil negar que se deu uma metamorfose na Grécia dos séc. VI-V a. C que está na origem da filosofia, da democracia e da ciência.

Esta transformação deu-se quando a exposição que a diferentes culturas levou a que alguns pensadores percebessem que as leis, ritos e convenções das suas culturas natais eram “feitos pelo homem”, e não o resultado do destino inelutável. Assim, os homens começaram a questionar as convenções que os governavam, e daí nasceu um pensamento verdadeiramente livre e crítico. É importante realçar a origem da sociedade aberta segundo Popper, pois assim vemos que a sua “abertura” não é algo evidente, mas algo que surgiu como uma espécie de “milagre” em certas condições muito específicas, na Grécia antiga.

Mas Popper não se limita a contrastar a sociedade aberta com a sociedade fechada e a descrever a emergência histórica da sociedade aberta. Ele defende que a transição da sociedade fechada para a sociedade aberta está ainda a decorrer, teve o seu começo com os gregos e foi herdada pela civilização ocidental, mas é ainda hoje importante no nosso tempo, pois há uma tentação *permanente* de regressar à sociedade fechada, e à segurança de não questionar, nem deixar questionar as leis, os regimes, as opiniões diferentes, incluindo as opiniões “repulsivas”. Esta atração demonstra quão importante é essa joia frágil herdada dos gregos.

Popper concebeu a sua obra como uma defesa da sociedade aberta, que ele descreveu como o seu contributo para “o esforço da guerra” contra o comunismo, o nazismo e, em geral, contra os ataques que esta sofria em meados do séc. XX.

Vida e Obra de Popper

Karl Popper nasceu em 1902 em Viena, na Áustria. Filho de um advogado liberal da escola de Stuart Mill,³ que lhe incutiu uma preocupação por questões políticas desde tenra idade.

Espectador das duas guerras mundiais, Popper deu aulas no ensino básico e secundário na sua terra natal de Viena nos anos vinte; trabalhou como aprendiz de marceneiro e em 1930; foi ajudante de Adler; frequentou nos cafés o ambiente do chamado “Círculo de Viena” dominado pelo positivismo lógico de Carnap.⁴

Os primeiros escritos de Popper foram sobre a psicologia, que naquela altura se debatia com dificuldades em encontrar a sua metodologia e o seu objeto de estudo próprios. Estas questões metodológicas levaram Popper a questionar-se sobre o próprio estatuto científico da psicologia. O foco filosófico de todo o positivismo lógico estava em distinguir “o que é ou não uma ciência” (demarcação que devia levar a descartar a metafísica para o limbo do inverificável e “sem-sentido”). Mas a versão do próprio Popper sobre o problema de demarcação culminou na publicação em alemão da *Lógica da Descoberta Científica* em 1934, a obra de filosofia da ciência pela qual é mais conhecido. Nesta obra Popper defende que se uma teoria quiser ser considerada científica, então tem de ser “falsificável”, ou seja, tem de ser possível provar que esta está errada através de experiências controladas ou observações empíricas. Não importa que seja verificável (todas as teorias descobrem dados que as verificam). Isto porque existe uma assimetria entre os enunciados particulares (“este cisne é branco”) e os enunciados universais (“todos os cisnes são brancos”), porque uma quantidade enorme de observações

particulares não é suficiente para provar um enunciado universal, mas uma única é suficiente para o falsificar (basta encontrar um cisne negro).

Mas ao mesmo tempo que Popper se tornou um nome conhecido na filosofia da ciência, tornou-se um nome incontornável na filosofia política. Após um breve período marxista na sua juventude que acabou em desilusão – em grande parte devido ao que ele entendia ser o caráter doutrinário e quase-dogmático do marxismo, completamente oposto ao espírito crítico que este viu em cientistas como Einstein – Popper tornou-se um acérrimo crítico do totalitarismo e defensor da “sociedade aberta”.

Com efeito, sete anos depois da anexação da Áustria pela Alemanha Nazi em 1938, enquanto está refugiado na Nova Zelândia, publica *A Sociedade Aberta e os Seus Inimigos* (1945), uma obra de dois volumes que ataca as bases filosóficas do totalitarismo. Um destas bases é o que Popper chama “historicismo”, que descreve da seguinte maneira:

Enquanto o homem comum toma como certo o contexto da sua vida e a importância das suas experiências pessoais, diz-se que o cientista social ou o filósofo tem que examinar as coisas de um plano superior. Este vê o indivíduo como um peão, como um instrumento praticamente insignificante no desenvolvimento geral da humanidade. Seja como for, vai tentar entender o significado da peça que é representada neste palco [da vida]; vai tentar entender as leis pelas quais se dá o desenvolvimento da história. Se for bem sucedido, será, é claro, capaz de prever desenvolvimentos futuros.

E acrescenta: “Esta é uma pequena descrição de uma atitude a que chamo historicismo.”²⁵ O historicismo é, enfim, a ideia de que a vida humana muda como resultado do progresso, ou de uma sucessão de crises, de leis da História, e que por isso o triunfo futuro das ideias ou de certa forma de sociedade, é o critério da justiça. O historicismo é o pilar sobre o qual assenta a sociedade fechada. Que sentido faz questionar o progresso ou a crise, se são inevitáveis?

A crítica ao historicismo é reiterada de uma forma mais elaborada na obra *A Pobreza do Historicismo*, publicada em 1956, mas começada antes mesmo de *A Sociedade Aberta*. Quando a guerra termina, deixa as aulas na Universidade de Canterbury na Nova Zelândia e muda-se para a London School of Economics. Em 1969 retirou-se do ensino, mas continuou a publicar assiduamente.

A sua conceção de ciência foi desenvolvida num conjunto de ensaios intitulado *Conjeturas e Refutações* (1963), numa obra escrita a meias com o prémio Nobel da medicina John Eccles, *O Eu e o Cérebro* (1977), e nos três volumes de *Pós-Escrito à Lógica da Descoberta Científica* (1982-1983).

Morreu em 1994, aos 92 anos de idade. Apesar de ser conhecido pelas suas polémicas, Popper ficou na história sobretudo como um tenaz defensor da democracia, da sociedade aberta e da humildade epistemológica.

Quem Governa? O Paradoxo da Soberania

No entanto para ele a democracia era só um instrumento, uma “técnica” política, não o governo do povo, nem o ideal que desejava defender que é a abertura da sociedade a ideias diferentes, a ideias que desafiam a própria sociedade. A democracia é só um instrumento. Como verteu esta conceção “instrumental” da democracia numa teoria? A teoria da democracia de Popper, como a de outros liberais de Guerra Fria, revela a influência do que se convencionou designar a “teoria elitista da democracia” de Joseph Schumpeter.

Schumpeter foi um genuíno liberal, mas estava convencido com certa tristeza da vitória inelutável do socialismo coletivista e do fim da democracia liberal. Preocupado com a versão “genuína” da democracia que os socialistas propunham substituir ao velho sucedâneo da democracia burguesa, tentou propor uma análise mais realista do que era a democracia como realmente se encontra materializada.⁶ Com uma experiência mental simples mostra que a democracia como era habitualmente concebida, quer dizer, como “o governo do povo”, não evita a tirania da opinião da maioria e, por exemplo, nem sequer impediria a perseguição dos cristãos ou das feiticeiras (nem, como se verificou depois, a perseguição dos judeus pelo regime nazi, ou a “política extraordinária” de liquidação dos *kulaks* como classe sob Estaline).

Opõe-se, portanto, à teoria clássica da soberania popular que pretende que “o método democrático é a técnica institucional de gestação das decisões políticas que obtém o bem comum colocando o próprio povo em posição de definir as políticas, e escolhendo indivíduos que em seguida se reúnem para cumprir a sua vontade”.⁷

Tal teoria não adere aos factos pois, nem existe na sua visão um “bem comum” em relação ao qual todos estejam de acordo, nem há uma “vontade geral” que possa ser agregada por um método qualquer. Nem sequer a redefinição da democracia em termos de “consentimento” ou de aprovação das políticas pelo povo salva a descrição da teoria clássica. Mas o fracasso da “teoria clássica” da democracia é instrutivo: o povo, exceto na democracia direta, não governa nunca por si mesma e os expedientes conceptuais em uso, como “contratos sociais” fictícios, a “representação” ou a “delegação de poderes”, devem ser substituídos por uma conceção alternativa: a de uma “competição” pela liderança política. A democracia é um sistema de concorrência entre elites e programas.⁸ Esta crítica parecia em meados do séc. XX muito importante, pois nem a democracia burguesa, nem a democracia socialista impediram a ascensão de líderes totalitários com apoio popular.

Uma crítica radical da “teoria clássica da democracia” baseada na soberania popular foi finalmente formulada por Karl Popper, anos depois, num continente diferente. Fala-se por vezes do ideal democrático como algo que atravessa as eras da história, às vezes desaparece durante séculos, para finalmente reemergir na época contemporânea votada a expandir-se, mas sempre a mesma coisa, o governo do povo.⁹ Tal significa, porém, forçosamente aceitar a questão política nos termos de Platão (ou Aristóteles), que descreviam os regimes segundo o número e qualidade dos que governam.

Popper esforça-se por desligar os conceitos de democracia e de soberania popular, ideias que lhe parecem contraditórias: “Todas as teorias da soberania são paradoxais”.¹⁰ Não é um problema específico da democracia, mas característico de todos os regimes. Há um paradoxo “lógico” na ideia de soberania absoluta pois, se não há limites para o poder soberano, o próprio povo soberano pode resolver entregar todo o poder a um tirano (e vice-versa, o tirano pode entregar todo o poder à turba popular: nenhum regime escapa ao paradoxo).

Popper julga ter compreendido através deste dilema lógico qual “a questão fundamental de toda a política, uma questão fundamental crítica e simples e uma questão sobre a qual se pode depois erguer uma teoria da democracia, enquanto sobre a ideia de soberania e também de soberania popular não se pode erguer uma teoria da democracia, designadamente uma teoria isenta de contradição”.¹¹ A sua teoria da democracia “é muito diferente daquilo que as pessoas geralmente acreditam e ao mesmo tempo, muito semelhante ao que na prática fazem os democratas”,¹² embora passasse muito tempo despercebida.¹³

A ideia de que a democracia equivale à soberania popular e ao governo da maioria é mítica: o mito do governo do povo. O povo numa democracia pode influenciar as ações de seus governantes, mas o povo não governa nunca de forma concreta ou real.¹⁴

Platão e Aristóteles tinham levado a tradição da filosofia política ocidental para um beco sem saída, ao considerar que a questão mais relevante é “Quem deve governar?”. Uma vez colocado o problema deste modo, a resposta parece óbvia: “o melhor” ou “o mais sábio” ou o “mais virtuoso”. Há obviamente dificuldades em decidir (e como decidir) quem é o melhor ou o líder mais sábio ou o mais virtuoso, de uma forma que a justificação do mecanismo de decisão não seja circular e recorra aos mecanismos que definem o próprio regime que se tenta justificar. Mas não é essa ainda a raiz do problema.

Centrar a análise dos regimes políticos na questão “Quem governa?”, ou “quem deve governar?”, implica aceitar acriticamente um problema mal formulado e pobre. A democracia não é o governo das turbas sem instrução, nem do povo soberano, mas é acima de tudo um conjunto de instituições destinadas a evitar o aparecimento de ditadores ou governos tirânicos. Por outras palavras: é um sistema de governo com um sistema de pesos e contrapesos, quer dizer, de controles institucionais que limitam o poder dos governantes.

Em última instância, é um sistema que permite aos governados remover os governantes. Popper pensava, pois, que o problema político mais *urgente* não é quem deve governar, mas como afastar governantes corruptos ou incompetentes, ou simplesmente inadequados para os propósitos de uma sociedade. O problema da mudança de governantes está implícito na própria natureza do governo e é uma ilusão pensar que este problema se resolve escolhendo “os melhores” governantes. Mesmo os melhores e os mais sábios e os mais virtuosos são humanos e, portanto, tendem a ser corrompidos pelo poder. Segundo Popper, não é por acaso que na *República* de Platão a primeira coisa que o rei-filósofo deve fazer para garantir a “justiça” é contar a “senhorial

mentira” do sangue e do solo, quer dizer, fomentar a ilusão de que todos somos irmãos e nascidos da terra.

Abordar a teoria política a partir da ideia de soberania absoluta do povo implica presumir que o poder político não é, ou não precisa de ser, controlado e limitado, e que os governantes de um estado são completamente livres na sua ação. Se começarmos por abordar o problema do poder político a partir de uma perspectiva precisamente oposta e levantamos a questão dos limites desse poder, obtemos respostas muito diferentes e mais fecundas. A questão central segundo essa perspectiva alternativa é antes: “Como podemos organizar as nossas instituições políticas de forma a impedir que maus e incompetentes governantes causem muito dano?”¹⁵

No âmago da visão de Popper está a ideia de que as democracias, como outras instituições, devem ser encaradas segundo uma visão instrumental (nos termos de uma “engenharia social”). Os sistemas políticos não podem ser vistos numa perspectiva puramente pessoal (quem são os líderes), nem puramente institucional (quais são os procedimentos e instituições), mas a verdade é que toda a política *de longo prazo* é forçosamente institucional e as instituições são fundamentalmente um método de controlo do componente pessoal. O método democrático é um instrumento de proteção contra a tirania, que permite nomeadamente substituir governantes sem derramar sangue. A possibilidade de definir e escolher programas ou governantes, pelo contrário, é largamente ilusória, pois há um problema inevitável de *assimetria* de informação. Os governantes têm muito mais dados que os governados para desenhar políticas práticas.

Tal como tinha antes dito Schumpeter, as elites governam, não há “vontade geral” nem sistemas infalíveis de agregação de vontades e o povo só pode julgar *a posteriori* as políticas, que não tem capacidade para conceber. Mas Popper acrescenta um elemento crítico à teoria elitista em sintonia com a sua epistemologia. O método de avaliação das políticas é sobretudo negativo, “por refutação” podíamos dizer. Há uma permanente ameaça de destituição, que pende sobre os governantes e influencia o curso da sua ação, e essa “refutação” é decisiva. Este “mecanismo” de pressão é mais importante do que tendem a presumir as teorias da democracia agora em voga, baseadas ora na deliberação pública, ora no conflito.

Nenhum sistema institucional é perfeito porque não se podem prever todas as circunstâncias. Mas se nem todos têm capacidade para conceber ou desenhar uma política, todos sentem os seus resultados e são capazes de julgar os efeitos da governação. O mais importante é a responsabilização dos governantes (*accountability*) – motivo por que em escritos mais tardios Popper revela preferência pelo sistema maioritário, sem coligações, que permite atribuir responsabilidades de modo mais claro. Os mecanismos processuais são, todavia, para Popper, sempre pouco importantes.

Uma Visão “Tecnológica” da Democracia

A teoria da democracia de Popper é aparentemente silenciosa sobre muitos dos aspetos empíricos em que se concentraram as atenções dos académicos nas últimas

décadas de estudos (como eleições, sondagens, relação entre economia e sistema de governo, etc.).

Para Popper, os “mecanismos” e procedimentos são pouco importantes e sujeitos a mudanças porque não há leis constantes de *A História*, com letra maiúscula, e o que aqui funciona pode não funcionar ali. Em compensação, um retrato fiel da teoria de Popper não deve ignorar a consideração da democracia como parte de uma engenharia social, quer dizer, da necessidade de “resolver problemas” progressivamente. Há numerosas leis *na* história, com letra pequena. Popper pensava que o “historicismo” é um erro intelectual, até o mais grave erro intelectual em política. Todas as ciências, tanto as ciências naturais como as sociais, devem estar orientadas para resolver problemas – e os problemas sociais são às vezes mais ainda prementes que os problemas de tecnologia.

Na obra política de Popper encontramos não apenas um conjunto de interpretações históricas sobre filósofos como Platão ou Marx, e análises lógicas do que a democracia realmente é, mas uma apologia do “ponto de vista tecnológico”: o de um “engenheiro” disposto a introduzir mudanças na sociedade de forma parcelar e progressiva.

Esta apologia de uma engenharia social gradual, bem como a correlativa refutação da engenharia utópica, ou “holística”, aparece de forma mais patente na terceira secção de um pequeno livro que começa a ser publicado quase ao mesmo tempo que a *Sociedade Aberta*. Esse opúsculo, intitulado *A Pobreza do Historicismo*, apesar de impresso como livro mais tarde, é anterior na sua gestação e pode até dizer-se que está na origem da sua “grande obra”. Acasos da escrita ditaram a sua separação, mas devem ser lidos em conjunto porque foram concebidos em conjunto. A democracia, tal como Popper a apresentou, devia ser “desenhada” para evitar a tirania. Mas a democracia tem embebida mecanismos de controlo e pressão que permitem não só substituir os governantes, mas desenvolver políticas eficazes que constituem o núcleo do que ele chama engenharia social gradual.

Podem desenhar-se instituições para resolver os problemas e evitar o sofrimento que se pode evitar (nem todo o sofrimento é evitável), desde que não se tente mudar tudo de uma só vez, revolucionariamente, de tal modo que não é possível controlar as variáveis envolvidas e corrigir os erros. Embora a associação entre a engenharia gradual e democracia, por um lado, e engenharia utópica e tiranias, por outro, não seja nunca afirmada univocamente por Popper, não deixa de ser uma parte importante da sua teoria. Na raiz dos totalitarismos do séc. XX não está só a tentativa do regresso à sociedade fechada, mas a ambição desmesurada da “engenharia das almas” de Lenine e os erros intelectuais na base de todas as formas de engenharia social utópica.

A preocupação essencial de Popper nessa obra mais breve é negar um corolário que lhe parece resultar do “holismo”: a teoria de que só é possível fazer mudanças sociais globais (ou utópicas). Mas não se deve deitar fora o bebé com a água do banho e os dislates da engenharia utópica não devem cortar o passo a uma atitude tecnológica bem entendida.

A “Engenharia Social” numa Democracia

Popper defende uma engenharia social *gradual*. A engenharia social é uma aplicação da sua teoria epistemológica da descoberta científica por tentativa e erro, por refutação sucessiva, ao mundo social.

A expressão “engenharia social” não foi criada por Popper,¹⁶ mas no seu caso, inclui de modo algo idiossincrático a planificação, o desenho e reforma das instituições sociais.¹⁷ Popper fala “de instituições sempre que um conjunto de pessoas (que pode mudar) segue um determinado número de normas ou preenche algumas funções”.¹⁸ Mesmo tendo em conta que só uma pequena parte das instituições sociais é intencionalmente desenhada, pois a maioria simplesmente “cresce”, a origem das instituições não impede a sua análise crítica racional. O bom político é um engenheiro que se limita a encarar as instituições de um ponto de vista prático ou funcional, como máquinas e não como organismos – sem ignorar a diferença entre instituições e instrumentos físicos.

Ao acrescentar a palavra “gradual” (*piecemeal*) à engenharia social, Popper evitar a identificação ou a confusão entre o seu conceito e os projetos que designa como “holistas”. A engenharia *gradual* trata de aperfeiçoar instituições e políticas concretas, uma de cada vez, por assim dizer, e não da sociedade como um todo.

Exemplos de “instituições” são as regras eleitorais, o *welfare state*, as políticas sobre a regulação do mercado ou a promoção do emprego, etc. É certo que, como os estudos empíricos mostram, o funcionamento do sistema político não se dá no vácuo e as diferenças de estrutura social, de natureza do aparelho burocrático, da relação dos cidadãos com o regime, entre muitos outros, têm consequências profundas no sistema. É igualmente certo que todos estes e outros fatores estão entrelaçados e é difícil isolar elementos. A sofisticação estatística não é sempre capaz de esclarecer todas as dúvidas, nem permite fazer previsões acertadas.¹⁹

Mas ainda assim a “previsão” social faz-se constantemente, o que se torna ainda mais evidente se não ignorarmos a experiência prática “pré-científica”, muito útil para a vida diária. Só as experiências holísticas não são possíveis, porque se tentam mudar demasiados aspetos em demasiadas dimensões ao mesmo tempo, o que torna impossível aprender com as políticas que têm efeitos nefastos. Estas não são, portanto, verdadeiramente científicas. Por isso se deve contrapor a engenharia gradual à engenharia social utópica.

A engenharia social gradual baseia-se no uso do que Popper chama conhecimentos ou “tecnologia social”, ou seja, uma ciência social de orientação prática. Esse género de ciência social revela as “leis sociais” que limitam as aplicações da engenharia social, um pouco como o estudo das propriedades dos materiais limitam as possibilidades da tecnologia de construção ou da indústria química. De resto, de acordo com epistemologia de Popper, as formulações das leis científicas devem ser sempre “negativas”, sujeitas a refutação, e o mesmo se aplica às leis sociais.

Existem não uma só, mas inúmeras leis sociais. Popper dá diversos exemplos: “não é possível vencer uma revolução se a elite no poder não estiver enfraquecida pela

dissidência interna ou pela derrota na guerra” (lei que atribui a Platão); “não é possível ter uma sociedade de planejamento central e um sistema de preços em concorrência” (lei do cálculo em socialismo); “não é possível ter pleno emprego sem inflação” (a curva de Phillips)²⁰; “o poder tende a corromper aqueles que o detêm” (a lei de Acton).²¹ Mas estes poucos casos tenderão a multiplicar-se com o estudo das sociedades, sobretudo se não visarmos demasiado alto e tentarmos articular leis muito genéricas: leis que comandam a História (pois tais leis não existem). A ciência social, incluindo a história, deve desenvolver este saber tecnológico-social. O outro tipo de engenharia social, oposto à abordagem gradual, é não só utópica, mas muito perigosa.²²

Dado que a “experimentação” social apenas pode “falsificar” hipóteses e não pode levar à formulação de leis por indução, que não é um processo científico válido, mesmo uma engenharia gradual prudente não pode deixar de cometer erros e as políticas dão forçosamente origem a consequências não previstas. Mas num âmbito limitado, sem alterar todas as variáveis ao mesmo tempo, é possível comparar resultados, e compreender os resultados das políticas.

O utopismo visa a mudança global da sociedade através da obtenção do poder político. A engenharia utópica é, portanto, tanto radical nos objetivos – visto que implica o fim da sociedade existente – como nos meios – visto que implica geralmente o recurso a uma revolução violenta. Mas sobretudo é radical porque implica (provisória ou definitivamente) o fim do sistema de controlos do poder, sistema que define a democracia em si mesma.

Na prática uma autêntica engenharia social utópica é impossível, pois não se consegue centralizar o conhecimento necessário à mudança *total* da sociedade. A sociedade nunca muda completamente como se vira uma luva do avesso. Mas as próprias tentativas são “custosas” e ignorar os limites das nossas capacidades impedem a aprendizagem por tentativa e erro.

Todavia, mesmo no âmbito da engenharia social gradual, que é compatível com a manutenção dos controlos democráticos há uma vasta gama possível, desde o *laissez-faire* à tentativa de mudança de certas estruturas sociais. O engenheiro gradual pode, por exemplo, ser guiado pela ideia de “uma maior igualdade de rendimentos”, que comporta uma modificação da “estrutura de classes”.²³ Não há razão para que um determinado ideal de justiça social deixe de inspirar a engenharia gradual que desenha (ou redesenha) as diversas instituições. Popper, porém, propõe não só mudanças graduais, mas objetivos cautelosos, segundo o que se convencionou chamar utilitarismo negativo.

O Utilitarismo Negativo de Popper e o Sofrimento Evitável

Popper afirma que “a exigência política de métodos graduais (por oposição a Utópicos) corresponde à decisão de que a luta contra o sofrimento deve ser considerada um dever”²⁴. Embora ele próprio não use a expressão “utilitarismo negativo”, numa longa nota acrescentada à sua obra *A Sociedade Aberta* afirma:

a urgência moral tem na sua base a urgência do sofrimento ou da dor. Sugiro por isso substituir a fórmula utilitária ‘obtenha a máxima quantidade de felicidade para o maior número’ (ou em suma, ‘Maximiza a felicidade’) pela fórmula ‘Busca a menor quantidade de sofrimento evitável para todos’ (ou em suma, ‘Minimiza o sofrimento’). Tal simples fórmula pode, julgo, tornar-se um dos princípios fundamentais (não, é verdade o único) da política pública.²⁵

Existe para ele uma assimetria fundamental entre ambos os objetivos. Enquanto o evitamento do sofrimento contém um apelo moral claro, o mesmo não se dá com a maior felicidade. Mas há uma segunda razão para inverter a fórmula utilitária; essa razão é a evitar as tentativas de justificar o sofrimento infligido em alguns agora pelo aumento do saldo de felicidade total no futuro. O utilitarismo é compatível por exemplo com uma ditadura benévola, ou com “a ditadura do proletariado”. Tal utilitarismo negativo constituiria uma limitação adicional contra um intervencionismo mais extenso por parte do estado, parecendo deixar a realização da justiça social, por exemplo, fora do âmbito legítimo da ação política. As melhores interpretações sublinham esta limitação.²⁶

Tal, contudo, não representa a sua abordagem global à ética e políticas públicas, mas pode ler-se antes como decorrente do seu hábito de dissolver falsos problemas através de uma reformulação (que tem algo de veia retórica). A sua teoria sobre os objetivos do governo em democracia pode ser descrita como “teoria protecionista”,²⁷ que hoje diríamos que é algo próximo de uma abordagem (limitada) em termos humanitários.

O estado deve assegurar a “igualdade perante a lei” e a tolerância (exceto em casos muito especiais com os não-tolerantes). Deve igualmente manter a paz e evitar o crime. Esta visão do Estado é “protecionista” porque a ação estatal visa principalmente a proteção da liberdade individual. O estado não deve ser paternalista, mas uma intervenção política do Estado é sempre indispensável. Sem esse Estado protecionista, os mais fortes impunham a sua vontade e desapareceria a liberdade individual. A necessidade do estado exclui a anarquia. Mas a multiplicação de atividades públicas não se pode dar sem um aumento do poder dos governantes, especialmente se recorre ao “intervencionismo” direto ou pessoal, conferindo “poder de ação aos órgãos do Estado”.²⁸ A fronteira é, pois, ténue e marcada pela “navalha liberal”, que diz que “os seus poderes não devem ser usados para além do necessário”.²⁹

Mas Popper nunca prosseguiu sistematicamente nenhuma destas ideias. Num artigo publicado só postumamente como “Valores Públicos e Privados”,³⁰ mas escrito pouco depois da publicação da *Sociedade Aberta*, apresenta o seguinte argumento: há entre pessoas razoáveis com inclinações humanitárias um certo apego a ideais positivos sobre como o mundo devia ser. Estas ideias estão muitas vezes em oposição. Liberais e socialistas, por exemplo, veem os ideais dos outros como problemáticos. O mesmo se pode dizer de diferentes visões religiosas e dos utilitaristas. Não é de esperar que tais desacordos se possam resolver através de argumentos racionais.

Por isso Popper sugere uma abordagem em que, partindo da diversidade de ideias, se explore um modo de formar consensos sobre o que é inaceitável e o que é objeto da ação governamental. A sua ideia base é sempre a de que é mais fácil identificar (“falsificar”) uma posição inaceitável do que definir objetivos aceitáveis. Diversas vezes, em todo o caso, Popper menciona a correção das injustiças sociais na sua agenda de ação e não apenas o evitamento do sofrimento.

As aplicações de uma engenharia social gradual, mesmo com fins humanitários, podem ainda assim representar um perigo para a sociedade aberta gerando consequências imprevistas e indesejáveis e, portanto, ele parece às vezes hesitante. Um corolário dessa hesitação é o de que cabe aos governantes, julgados pelos cidadãos, realizar essa experimentação ou observar a sua refutação.

Objetividade Ética

Que objetivos (ou valores) devem os governantes e cidadãos prosseguir? Popper sempre considerou as reflexões sobre meta-ética como essencialmente estéreis, embora confessasse ter a sua própria visão sobre a natureza dos valores éticos. Mas exceto no apêndice à *Sociedade Aberta* que discute o paralelismo entre verdade no conhecimento e a objetividade em ética, não há muitos textos sobre os quais nos possamos basear.³¹

Em certa passagem dos seus escritos defende que as normas morais podem ser aperfeiçoadas pela “análise racional e imaginativa das consequências de uma teoria moral”,³² embora rejeite a possibilidade de uma ética “científica”.³³

Apesar disso, é inegável que Popper defende a objetividade em ética. Nas Emory Lectures de 1956 apresenta uma visão informal, mas clara, do que é o “falibilismo” objetivista em ética e na Adenda de 1961 à *Sociedade Aberta*, Popper sublinha os paralelismos entre a sua epistemologia e a ética. A adenda começa por uma breve apresentação da sua visão do conhecimento: discute o significado do trabalho de Tarski sobre a verdade, explica a sua ideia de que precisamos de critérios e defende o falibilismo como aproximação à verdade. Discute depois um tema clássico da ética: o dualismo de factos e padrões (*standards*)³⁴ e sugere que se pode em ética falar de propostas (abertas a discussão) e não apenas de decisões morais, ao mesmo tempo que sublinha que as propostas não se podem reduzir a factos ou afirmações de factos.

Apesar da dualidade entre factos e valores, não há só diferenças, mas também analogias entre ambos. Os valores não escapam completamente à análise racional como certos textos de Hume parecem sugerir. Pelo contrário os fins ou valores podem ser debatidos, criticados e alvo de decisões racionais. Tal como os factos parecem sujeitos a uma ideia reguladora, a verdade, os valores, padrões ou fins parecem sujeitos à ideia de bem ou justo: “podemos dizer de um padrão que é justo ou injusto, bom ou mau, válido ou inválido, elevado ou vil” e conclui a discussão afirmando tanto que “num certo sentido criamos os nossos padrões quando fazemos propostas, as discutimos e adotamos” mas “tal como no reinos dos factos podemos fazer descobertas” o mesmo acontece no domínio dos valores: como a descoberta de que a crueldade é má, ou que

a regra de ouro é um bom padrão. Popper opõe-se ao relativismo moral, de que culpa o historicismo (porque este diz que tudo é relativo ao tempo e lugar). Com efeito, se tudo é relativo ao tempo e lugar, só importa o que a marcha da História provar ser vencedor.

A Contribuição de Popper

Popper sublinha muitas vezes a ideia de responsabilidade individual nas decisões éticas e mostra dúvidas sobre as tentativas de decidir problemas éticos com recurso a ideias como a natureza humana ou a natureza do bem. Mas se considera confusa a ideia de “lei natural” na medida em que esta parece ignorar que as normas (como as leis) são feitas pelo homem e não devem confundir-se com as regularidades inelutáveis da natureza, também descarta a ideia de que as normas são arbitrárias e meramente convencionais.³⁵

A descoberta de que a escravatura, a intolerância, a submissão da mulher ou o canibalismo são maus, para usar alguns exemplos, não é um puro tema de debate académico. É uma descoberta objetiva que pode ser feita em qualquer momento da história (e na verdade havia na Grécia e em Roma quem criticasse a escravatura e defendesse a igualdade, como Popper mostrou). Claro que depois dessas descobertas, devem ser procurados consensos – que se encontram mais facilmente na luta contra injustiças patentes que em ideais muito elevados. Por outro lado, a busca de um mundo melhor não estará nunca concluída.

A teoria popperiana é, portanto, não só uma descrição do que os democratas sempre pensaram sobre a democracia e a correspondente correção da excessiva idealização da democracia, mas também um extenso programa de pesquisa empírica e de experimentação social e política.

Referências

Principais Obras Políticas de Karl Popper

Popper, K. (2012). *After the Open Society: Selected Social and Political Writings*. London e New York: Routledge [Jeremy Shearmur and Piers Norris Turner (eds.)].

Popper, K. (1992). “Conferência de Lisboa” in *Em Busca de Um Mundo Melhor*. Lisboa: Ed. Fragmentos [3ª ed]

Popper (1963). *Conjectures and Refutations*. London: Routledge & Kegan Paul (4 ed).

Popper, K. (2000). *The Lesson of this Century. With two Talks on Freedom and the Democratic State*, London: Routledge (2 ed).

Popper, K. (2009). *The Open Society and Its Enemies, 2 Vols*. London: Routledge. [ed. orig. 1945, revisão e adendas de 1951, 1957, 1961 e 1965].

Popper, K. (1957). *The Poverty of Historicism*. London: Routledge [ed. original 1944-45].

K. (2002). *Unended Quest*, London: Routledge.

Cameron, F., Dombowsky, D. (Eds.). (2008). *Political Writings of Friedrich Nietzsche: An Edited Anthology*. New York: Palgrave.

Leituras adicionais

Boyd, B. (2020). *Karl Popper*. London: Orion Publishing.

Dahl, R. (1989). *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.

Hacohen, M. H. (2000). *Karl Popper—The Formative Years, 1902–1945: Politics and Philosophy in Interwar Vienna*. Cambridge: Cambridge University Press.

Jarvie, I.C. (2001). *The Republic of Science: The Emergence of Popper's Social View of Science 1935–1945*. Amsterdam: Brill | Rodopi.

Magee, B. (1985). *Philosophy and the Real World. An Introduction to Karl Popper*. LaSalle: Ill, Open Court.

Rosas, J. C. (2012), *Futuro Indefinido - Ensaios de Filosofia Política*. Edição. Braga: Edições Humus.

Schilpp, P. A. (ed.) (1974). *The Philosophy of Karl Popper*, 2 volumes, La Salle, IL: Open Court Press.

Shearmur, J. (1996). *Political Thought of Karl Popper*. London & New York: Routledge.

Shearmur, J. e Stokes, G. (2016). *The Cambridge Companion to Popper*. Cambridge: Cambridge University Press.

Schumpeter, J. (1976). *Capitalism, Socialism and Democracy*, Nova York: Harper Perennial [ed. original de 1942].

Notas

¹ Popper, Karl (2009). *The Open Society and Its Enemies. Volume 1: The Spell of Plato*, Note to the Introduction (p.178).

² Popper, K. (2009). *The Open Society and Its Enemies*. Vol. 1 (pp. 153-154).

³ Popper, K. (2002). *Unended Quest*, London: Routledge (p. 4).

⁴ A mais vívida biografia, há muito esperada, é de Boyd, B. (2020). *Karl Popper*. London: Orion Publishing, mas a melhor apresentação do contexto intelectual é o de Hacohen, M. H. *Karl Popper—The Formative Years, 1902–1945*.

⁵ Popper, K. (2009). *The Open Society and Its Enemies* (p. 5).

⁶ Schumpeter, J. (1976). *Capitalism, Socialism and Democracy*, Nova York: Harper Perennial [ed. original de 1942] (p. 235).

⁷ Ibid. (p. 250).

⁸ Ibid. (pp. 244-264). A teoria merece realmente a designação de “elitista”, pois embora a propaganda tenha evidentemente os seus limites (p. 264), a decisão na esfera pública pelo povo faz-se num nível inferior de “rendimento mental”, que cede facilmente a preconceitos, ao apelo ao subconsciente a associações de ideias, etc.

⁹ O mais conseguido panorama nesta linha é Dahl, R. (1989). *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.

-
- ¹⁰ Popper, K. (2009). *The Open Society and Its Enemies, Volume 1: The Spell of Plato* (p. 124).
- ¹¹ Popper, K. (2000). *The Lesson of this Century. With two talks on freedom and the democratic state*, London e New York: Routledge (2 ed), 70. Colocar a questão deste modo é além disso perigoso pois supõe a superioridade moral do eleito, filósofo ou guerreiro: “there is some danger in making too much of the new appointment; for the nomination of the government may be seen as the granting of a licence by the electors, a legitimation in the name of the people and through the ‘popular will’ ” (p. 71).
- ¹² Popper, K. (1992). “Conferência de Lisboa” in *Em Busca de Um Mundo Melhor*. Lisboa: Ed. Fragmentos, 3ª ed, 222-223.
- ¹³ Magee, B. (1985). *Philosophy and the real world. An introduction to Karl Popper* (pp. 9-10): “The defence of democracy which the book [*The open society and its enemies*] also contains has not received a fraction of this academic attention”, Popper afirma o mesmo na “Conferência de Lisboa”.
- ¹⁴ Popper, *The Open Society and Its Enemies, Volume 2: The High Tide of Prophecy* (p. 125).
- ¹⁵ Popper, *The Open Society and Its Enemies, Volume 2: The High Tide of Prophecy* (p. 161).
- ¹⁶ Sobre o uso da expressão “engenharia social”, ver Popper, *The Open Society and Its Enemies, Volume 1: The Spell of Plato*, 210-211; uma exposição mais detalhada só se encontra em *The poverty of Historicism*, 42-97; e Popper curiosamente sugere que a expressão foi usada por Pound e pelos Webbs, mas omite a ressonância mais frequente e mais sinistra à engenharia das almas de Lenine.
- ¹⁷ Sobre toda esta questão seguimos de perto a excelente análise de João Cardoso Rosas (2012). *Futuro Indefinido*. Se as nossas leituras divergem quanto ao alcance (mais ou menos ambicioso) da natureza limitada (protecionista) da engenharia social promovida pelo estado tal deve-se ao maior peso maior que atribuo aos escritos póstumos. A diferença essencial é esta: estes escritos sugerem uma teoria humanitária mais proactiva e não limitada a um papel estritamente protetor na medida em que seja possível conseguir consensos alargados.
- ¹⁸ Popper (1965). *Conjectures and Refutations* (p. 133).
- ¹⁹ Para dar um exemplo, Robert Dahl, cujas credenciais tanto no estudo empírico como na teoria (inclusiva) da democracia são indiscutíveis, foi o autor de uma das mais espetaculares previsões históricas fracassadas: em 1973 celebradamente declarou que dadas as relações entre os sistemas políticos (poliarquias) e a riqueza nacional, nenhuma nova democracia apareceria nas décadas seguintes, escrevendo isto apenas um ano antes da chamada terceira vaga de democratização, que assiste à duplicação do número de “novas democracias”. Ver Dahl, *Polyarchy; participation and opposition*, New Haven, Yale University Press, 1973.
- ²⁰ Que hoje sabemos não é uma constante, mas uma correlação que durou certo tempo e desapareceu.
- ²¹ Popper, K. (1956), *The Poverty of Historicism*, 62-63.
- ²² Sobre esta outra forma de engenharia social ver *Ibid.* 67 e ss.; e ainda Popper, *The Open Society and Its Enemies, Volume 1: The Spell of Plato*, Cap. 9; e *Conjectures and Refutations*, Cap. 18.
- ²³ *The Poverty of Historicism* (p. 68).
- ²⁴ *Ibid.* (p. 237).
- ²⁵ Sobre o utilitarismo negativo: Popper, *The Open Society and Its Enemies, Volume 1: The Spell of Plato*, 284-285; e ver ainda *Conjectures and Refutations*, 345-346.
- ²⁶ Veja-se a abordagem do problema em Rosas, *Futuro Indefinido - Ensaios de Filosofia Política*.

²⁷ Popper, *The Open Society and Its Enemies, Volume 1: The Spell of Plato*, 129-133, e *The Open Society and Its Enemies, Volume 2: The High Tide of Prophecy*, 129-133.

²⁸ Popper, *The Open Society and Its Enemies, Volume 2: The High Tide of Prophecy*, 131-133.

²⁹ Popper, *Conjectures and Refutations*, cit., p. 350.

³⁰ Shearmur J. e Turner, P. (2008, reed. 2011) (ed.), *Popper. After the Open Society*, London: Routledge..

³¹ Jeremy Shearmur chamou a minha atenção para uma carta de Michael Sharratt, citada na introdução a Popper. *After the Open Society*, London, Routledge, 2007. Nessa carta Popper refere que não desenvolveu as suas ideias de modo sistemático, mas afirma que lecionou cursos de ética na Nova Zelândia e na L.S.E. Os arquivos em Klaggenfurt são parcos em informação e as notas das aulas na Nova Zelândia contêm pouca informação substancial.

³² Popper, *The Open Society*, capítulo 24, secção 3.

³³ Ibid, capítulo 5, nota 18.

³⁴ Que Popper refere e discute em *The Open Society*, Chapter 5, note 5 (3) o artigo de L. J. Russell, L. J. (1948) 'Propositions and proposals', *Proceedings of the Tenth International Congress of Philosophy*, 2, pp. 618-20.

³⁵ Ver Shearmur, J. (1966). *The Political Thought of Karl Popper*, London: Routledge, 1966, capítulo 4.